

SUBMISSÃO DE RESUMO PARA GT - GT 07 - POLÍTICAS DA VIDA E DO  
VIVER: DIÁLOGOS SOBRE GOVERNO E ABANDONO

**VIVER É UM ATO POLÍTICO: REFLEXÕES DE UM ASSENTAMENTO  
RURAL**

*Leomara Vytoria S Lima (leomara.lima@discente.univasf.edu.br)*

*Lauanny Victoria Silva De Brito (lauanny.victoria@discente.univasf.edu.br)*

O presente trabalho objetiva relatar uma experiência vivenciada por duas estudantes de Psicologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), a partir de uma visita de campo do Núcleo temático de políticas da vida, ao Assentamento Nossa Senhora De Fátima, localizado na zona Rural de Petrolina-PE. Compreende-se o assentamento por um espaço destinado a famílias camponesas, onde elas vivem e trabalham. É parte dos processos de Reforma Agrária no Brasil, visando a produção agropecuária e a justiça social, referido em específico foi cedido por parte do governo através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Diante de tal contexto surge o questionamento: a entrega da terra é suficiente para promover justiça social, ou a ausência de suporte estatal ajuda a perpetuar desigualdades e transformando a permanência no assentamento em uma luta cotidiana por direitos básicos? A metodologia utilizada baseia-se em relato de experiência, como observação direta e escuta dos moradores, além da criação de um curta metragem que refletisse seu cotidiano. A produção serviu como material para evidenciar as condições de vida, os desafios enfrentados pela comunidade e as subjetividades construídas no contexto da Reforma Agrária. Durante a visita, temas como violência, fome, negligência governamental e falta de

água, foram recorrentes. Tais problemáticas foram apresentadas como presentes em sua experiência, como motivo de luta, e mobilização. Compreende-se que as questões de luta pela reforma agrária costumam emergir por meio de críticas veladas e violências simbólicas, mascaradas por um falso senso de que a justiça foi feita uma vez cedida a terra. A experiência no Assentamento evidenciou que a conquista da terra, viabilizada pelo INCRA, não assegura, por si só, condições dignas de vida. Os relatos dos moradores revelaram a persistência de dificuldades como escassez de água, insegurança alimentar e ausência de assistência técnica, apontando para uma negligência institucional que atravessa o cotidiano da comunidade. Ao mesmo tempo, emergiram narrativas de resistência, solidariedade e mobilização coletiva, demonstrando que a permanência no território constitui um processo contínuo de luta por reconhecimento e direitos. Conclui-se que viver no assentamento configura-se como um ato político permanente, no qual a existência cotidiana se entrelaça à reivindicação por justiça social.

Palavras-chave: assentamento; justiça social; incra; resistência.